

Ata da XXV Reunião Ordinária

14 de setembro de 2011

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XXIV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. A Pauta seguida foi: 1. Aprovação da Ata da XXIV Plenária e da Pauta – 9h; 2. Apresentação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 09h10; 3. Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Patrimoniais: direitos e perspectivas. 9:30h. Intervalo para o almoço – 13h a 14h. 4. Informe sobre a Campanha Cresça – 14h. 5. Apresentação do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade – 14:15h. 6. Apresentação e Debate sobre as linhas gerais do Documento Base – 15:10h. 7. Deliberações sobre os encaminhamentos das CP's e GT's – 16h. 8. Encerramento – 17:30h. Renato Maluf, Presidente do Consea, deu início à Sessão, cumprimentando a todos os presentes. Passando ao Ponto de Pauta 1. Aprovação da Ata da XXIV Plenária e da Pauta – 9h: A ata da XXIV e pauta desta reunião foram aprovadas, por unanimidade. Em seguida, o Presidente registrou com muita satisfação as presenças do Sr. Gilberto Jales, Secretário de Assuntos Fundiários e apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Norte e também do Sr. Francisco Urbano. A seguir, passou a dar alguns informes: i) Informou que houvera a realização, 10 a 12 de agosto, em Brasília, do encontro sobre segurança alimentar e população urbana. ii) Informou também que foi realizado em Guarapari, no Espírito Santo, na semana anterior àquele momento, o Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais. iii) Informou que As conferências estavam se desenvolvendo de forma bastante intensa, com alguns problemas de processo licitatório e de agilização dos recursos, o que ocasionara muita alteração de data. iv) Informou que fora assinada a Portaria criando um GT conjunto CONSEA/CONDRAF, cujo trabalho mais institucionalizado já se iniciar em 2010, com aproximação atuação conjunta com a CONDRAF. Observou que seria feita uma plenária conjunta para discutir o Plano de Safra, inclusive. v) Informou que fora publicada no Diário Oficial uma Resolução do CONSEA instituindo a Comissão de Transição, que era presidida pelo presidente do CONSEA, com participação da sociedade civil mais 5 membros. Passando a palavra ao Sr. Onaur Ruano, este informou que os Comitês da CAISAN estavam concluindo ou já concluíram seus trabalhos, sendo um deles o Comitê Técnico instituído para elaborar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que seria oficialmente apresentado pela ministra momentos depois. Informou também que outro Comitê Técnico estava finalizando seu trabalho na elaboração de um Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, que seria apresentado também na reunião.

Informou ainda, que o Comitê Técnico 5 estava concluindo seus trabalhos de elaborar uma proposta da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, para ser convertido num Projeto de Lei ou num substitutivo ao Projeto de Lei que tramitava no Congresso a respeito da política. Informou à Plenária que dois novos Comitês haviam sido instituídos no decorrer da semana anterior à reunião, sendo um deles o Comitê Técnico 7, que terá a responsabilidade de definir os critérios de participação dos delegados governamentais do Governo Federal na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O outro comitê instalado, sob coordenação do MRE, produziria um documento do governo brasileiro para o marco estratégico global de segurança alimentar e nutricional, previsto para 15 de outubro de 2011, visando contribuir com o marco estratégico global de segurança alimentar e nutricional. Em seguida, o Presidente registrou a presença do Dr. Celso Lacerda, presidente do INCRA, a quem agradeceu a presença. Adiantando o ponto de pauta dos informes das CP's e GT's, passou à Comissão Permanente de Segurança Alimentar dos Povos Indígenas, que solicitou incluir na pauta a dificuldade na eleição de delegados indígenas estaduais. Fez a proposta de participação dos indígenas nas atividades integradoras da IV Conferência, sendo pauta a troca de sementes. Antecipando o ponto 4. Informe sobre a Campanha Cresça – 14h, passou a palavra à Sra. Muriel Saragoussi, da Oxfam, que agradeceu muito pela oportunidade e disse da sua satisfação de estar na Plenária. Informou que a OXFAM lançou, no dia 1º de junho de 2011, a nova campanha mundial chamada “Cresça: Comida, Justiça e Planeta”. Observou que no planeta havia 1 bilhão de pessoas com fome e que esse número que vinha decrescendo nas últimas duas décadas começou a crescer a partir de 2008. Destacou que isso tinha a ver com uma mudança não só na quantidade de pessoas no planeta, mas nas condições de produção de alimentos que existente. Informou que dados de pesquisas mostram que somente 4 grandes empresas controlam 80% da cadeia de produção de alimentos no mundo. Informou também que a campanha era para que homens e mulheres em situação de pobreza participassem da definição de como o mundo maneja terra e água e enfrenta mudanças climáticas, de modo a que essas pessoas pudessem produzir ou ter acesso à comida suficiente para alimentar suas famílias em um mundo com recursos cada vez mais limitados. Apontou que ela tinha 5 objetivos: 1. Apoio à sociedade e aos movimentos da sociedade na construção de um futuro melhor onde todos tenham o que comer; 2. Parar com a apropriação da terra e água por parte de grandes corporações, em detrimento da produção justa e da sustentabilidade ambiental. 3. Conquistar um acordo global sobre mudanças climáticas. 4. Um maior investimento na produtividade, resiliência e sustentabilidade dos pequenos produtores de alimento. 5. Resposta rápida e justa à crise global de preços de alimentos. Observou que a OXFAM queria trabalhar com produtores e consumidores, apontando que se não fosse mudado tanto o modo de produção quanto o modo de consumo não se chegaria à solução do pretendido. Informou que os desafios eram, 1. Crescer melhor e investir numa nova forma de agricultura; 2. Compartilhar melhor; 3. Viver melhor. Por fim, agradeceu a todos e disse que a OXFAM estava num momento de construção dos próximos passos da campanha no Brasil, juntamente com os parceiros da OXFAM e apontou que sem dúvida o

CONSEA era um parceiro fundamental no assunto. Passando ao ponto 3. Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Patrimoniais: direitos e perspectivas, o Presidente passou a palavra ao Ministro Afonso Florence (MDA), que agradeceu pelo convite e pela oportunidade da discussão. Disse que o Governo estava numa situação muito especial, inédita, pois era o nono ano do mandato de governos petistas e o primeiro ano do mandato da presidenta Dilma, o que representava muitas continuidades e muitas renovações, continuidade da herança positiva e uma busca de superação de pontos que precisavam avançar num cenário novo, melhor desenhado do projeto de desenvolvimento. num cenário de desenvolvimento com distribuição de renda, com promoção de políticas públicas, de justiça social, inclusão produtiva e, destacou, de segurança alimentar e nutricional, com uma ênfase muito importante para o projeto, que observou ter sido construído ao longo de décadas pelos movimentos sociais que tinham base econômica e social nos maiores demandantes de transformação social. Observou também que a mola mestra a orientar o sentido histórico dado pela presidenta Dilma no Programa de Combate à Pobreza tinha uma dimensão de vocacionar regiões a serem atendidas, territórios, municípios e populações com a ênfase do acesso à terra, do acesso a mercado, apoio à produção, à comercialização e mercado institucional. Por fim, destacou que a expectativa era que além daquele debate, num futuro muito próximo, estivesse ali mais uma vez aprofundando o debate, juntamente com o CONDRAF e eventualmente com atividades conjuntas naquilo que, porventura, os respectivos Conselhos considerassem pertinente. Passando a palavra ao presidente do INCRA, Celso Lacerda, este iniciou dizendo que no Brasil havia mais de 920 mil famílias assentadas ao longo de todo o processo de Reforma Agrária, das quais em torno de 805 mil ainda estavam sob a tutela do INCRA. Apontou que a preocupação principal à época era meramente a redistribuição de terra e que não havia a preocupação de dar as condições básicas de infra-estrutura, de assistência técnica, de créditos para que as famílias assentadas pudessem se inserir num modelo produtivo, produzindo em prol do consumo e produzindo para a geração de renda. Destacou que ainda existiam 170 mil famílias com acesso insuficiente à água, sendo essa concentração de famílias no Nordeste. Informou também que havia 150 mil famílias que ainda não tinham acesso à energia elétrica, se concentrando no Norte do Brasil. Disse que percentualmente a concentração de pobreza estava no meio rural e que pretendiam usar a Política de Reforma Agrária para fazer o combate à pobreza extrema, aperfeiçoando o processo para que se qualificasse e desse condições das famílias se desenvolverem cada vez mais. Informou que estava se discutindo as reformulações na Política de Reforma Agrária para que houvesse mais eficácia e conseguisse se desenvolver os projetos de assentamento num espaço de tempo mais reduzido para que se contribuísse não só em inserir pessoas e retirar pessoas da pobreza extrema, mas em que essas pessoas passassem a contribuir com a produção de alimentos também. Passando a palavra ao Sr. Roberto Vicentin (MMA), este iniciou dizendo achar que precisamente o maior desafio nesse terreno era o de elevar o centro da agenda do País à questão da Reforma Agrária, à sua atualidade, nos termos colocados pelo Ministro Florencio e pelo presidente do INCRA. Destacou que isso dialogava diretamente com o modelo hegemônico de

desenvolvimento da agricultura do País. Por isso, apontou como importante o diálogo com o Ministério da Agricultura. Concluindo, anunciou as principais iniciativas e perspectivas que unificavam atualmente uma ação muito forte do Ministério de Desenvolvimento Agrário com o Ministério do Meio Ambiente, na perspectiva da extensão das políticas do MDA para alcançar o conjunto das comunidades e populações tradicionais e povos indígenas, como por exemplo a construção de um plano nacional de transição agro-ecológica voltado para o conjunto da agricultura, especialmente para a agricultura familiar, para os assentados da reforma agrária. Destacou como sendo um tema central que unificava e dava outra escala para a integração das políticas públicas voltadas para esses objetivos de acesso aos recursos, à terra e à segurança alimentar. Finalizando, disse ter o MMA motivos de sobra para se animar ainda mais, para continuar sua trajetória, avançando nesses temas. Por último, sugeriu que o CONSEA sempre falasse primeiro, porque destacou que o que o CONSEA havia escrito no tema da Reforma Agrária era mais do que um programa de Governo, o que, em sua opinião, mostrava mais uma vez que o Conselho era o mais qualificado e que mais tinha elaborado, e de forma propositiva, sugestões para o Governo. A seguir, passou-se a palavra à Sra. Lilian Galeti (Funai), que disse ter refeito uma leitura do documento de 2008, sobre terras e direitos patrimoniais para recuperar algumas questões e colocar outras que achava novas de um outro contexto. Destacou que nesse curto espaço de tempo também já houvera avanços e apontou que o documento revelava isso. Apontou que na perspectiva dos grandes produtores agrícolas ainda era a existência de terras indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas que prejudicava o desenvolvimento da agricultura brasileira. Informou haver um bloco grande, uma concepção dentro da sociedade e dentro do Parlamento onde isso era extremamente forte. Apontou, como exemplo, que seria fundamental para os povos indígenas o acesso ao PAA e ao PNAE, sem a necessidade da DAP. Como finalização, destacou que o papel da FUNAI não era mais de órgão exclusivo, mas sim de órgão coordenador, e defendeu a necessidade de se romper a herança do passado institucional da FUNAI, de que a questão indígena era problema de um único órgão, apontando que os índios, desde 1988, eram cidadãos e cidadãs como quaisquer um, com direito a acessar quaisquer políticas e com o direito de acessar de forma diferenciada. Com a palavra o Sr. José De Ribamar de Araújo e Silva (CONSEA/MA), este iniciou dizendo que há 17 anos havia diagnosticado que, diferentemente de outros países, o grave problema da segurança alimentar e nutricional estava na concentração de terra, renda e oportunidades. Informou que o documento já fora socializado com todos, inclusive para otimizar-se o debate. Disse que começaria a leitura a partir dos considerandos, vindo depois as propostas que o grupo queria ver debatidas e oxalá implantadas. Destacou que essa era, como sinalizava o Sr. Roberto Vicentin, uma plataforma de Governo, uma plataforma de políticas de Reforma Agrária que muito remetia ao resgate das diferentes Conferências e dos diferentes documentos que estavam sendo produzidos pelas diversas Comissões Permanentes, dentre elas a Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais. Passando a palavra ao Sr. Elói Ferreira (Palmares), este iniciou informando que a Fundação Cultural Palmares, nos 23 anos de existência, tinha atuado de uma forma muito intensa

com o desafio da proteção do patrimônio cultural da cultura negra do Brasil. Disse ser verdade que se não fosse a cultura dos homens e mulheres escravizados na África e vindos para o Brasil sua cultura não seria nada. Apontou que o grande desafio e que estava atualmente cada vez mais intenso dizia respeito à territorialidade. Defendeu que era possível avançar a inclusão e a construção de um País mais fraterno sem ter que ofender as comunidades indígenas, sem ter que ofender as comunidades quilombolas, sem ter que ofender as comunidades tradicionais, sem ter que ofender os ciganos, enfim, apontou que era possível construir um País mais justo, mais fraterno, conciliando o desenvolvimento econômico com a inclusão de toda a nação brasileira. Sugeriu que o documento elaborado pelo CONSEA tinha que um documento da Nação, enquanto um compromisso que deveria haver não apenas com o passado e o presente, mas um compromisso com o futuro. Finalizou esperando que o documento fosse acolhido pela Presidenta Dilma e também por toda a Nação com o desafio da construção da igualdade de oportunidades e da superação das assimetrias que disse ainda serem muito presentes no País. Voltando com a palavra ao Ministro Afonso Florence (MDA), este registrou a recepção com muita empatia, com muita identidade das recomendações feitas pela Resolução do CONSEA no sentido do que o Governo vinha construindo. Destacou a importância do momento onde o desenho do modelo de desenvolvimento do Brasil se consolidava como um país que cresce e distribui renda e que a nação, com a direção do Governo Federal e da presidenta Dilma, optava pelo mais importante programa da história do país, que era o combate à pobreza extrema. Com a palavra a Ministra Tereza Campello (MDS), informou que sua tarefa na reunião seria entregar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e apontou achar necessária uma discussão, antes da IV Conferência, sobre o plano. Apontou que o Plano construído pelo MDS tinha todo um capítulo voltado para Reforma Agrária, mas destacou que o conjunto da proposta que se fazia no plano tinha tudo a ver com o debate que estava sendo feito naquele momento, em especial, disse achar que se relacionava muito com o próprio documento que estava saindo do CONSEA. Observou que era uma oportunidade também de se fazer referência e reafirmar que o plano era um instrumento para que não só se divulgasse, mas se estabelecessem patamares e metas num espaço nacional, mas com participação dos Estados, dos municípios, que apontou ser o grande desafio que para a implantação das políticas de segurança alimentar. Disse achar que se perdia e se abria espaço para recuo quando um documento como o elaborado pelo CONSEA não afirmava tudo que já conseguiu avançar. Defendeu que não se podia condicionar o conjunto das políticas, em especial nas áreas de segurança alimentar e nutricional ao debate de democratização. Por fim, aproveitou a oportunidade e entregou uma cópia do Plano e desejou a todos um bom trabalho. Em seguida, o Presidente agradeceu à Ministra Tereza Campello (MDS), e fez o reconhecimento público ao trabalho realizado pelo MDS e por sua liderança, principalmente em dois aspectos: 1. Pela perspectiva de cumprir com o prazo que o CONSEA havia estabelecido em 2010; 2. Pelo enorme esforço de construção intersetorial que havia sido feito, com participação de pelo menos 19 ministérios. Após breve debate, o Presidente propôs que se desse um tempo para que os membros do Conselho, sociedade e Governo, pudessem fazer algumas contribuições, após o que a

Secretaria Executiva faria a reunião delas, elaborando uma versão e mandando por via eletrônica para todos os conselheiros e conselheiras avaliarem, estabelecendo um prazo prévio às últimas manifestações para a tomada de decisão por parte da Mesa Diretiva. Passando ao ponto 5. Apresentação do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, a Sra. Patrícia Gentil (CAISAN), informou que estava ali em nome do Comitê Técnico 6 da CAISAN, que teve a incumbência de pensar o que seria um Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. Observou que daria uma pincelada para falar de uma forma geral do processo de construção do Plano e que eram coisas que consideradas importantes para oportunizar um pouco o retorno das comissões e oportunizar também o debate. Informou que 50% da população estava com excesso de peso, sendo 15% com obesidade e que o excesso de peso vinha crescendo no Brasil em torno de 1% ao ano. Destacou que fora um ano de discussão do PPA, um PPA que apontou ser bastante inovador e que oportunizou toda a discussão intersetorial, favorecendo que fosse incluída uma meta específica de elaboração do plano intersetorial. Apontou também que o plano de SAN oportunizara bastante a discussão, pois todos os ministérios estavam bastante envolvidos e se poderia tirar desse plano quais seriam as ações e as estratégias que tinham foco específico para o objetivo. Destacou que o Plano de SAN estava sob o manto do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Apontou como um dos desafios, baixar um pouco o consumo dos alimentos processados e ao mesmo tempo aumentar o consumo de alimentos naturais, grãos, oleaginosos, frutas e hortaliças, passando a ter uma dieta que seja tanto do ponto de vista energético, quanto do ponto de vista de micronutrientes adequados e necessários para a boa saúde. Apontou que os objetivos gerais estavam muito relacionados à questão da melhora do padrão de consumo, de revalorizar o consumo de alimentos regionais, preparações tradicionais; que trabalhava um pouco a ideia do deslocamento do consumo, de diminuir o consumo de alimentos processados ao mesmo tempo que se aumentava o consumo de grãos integrais, leguminosos, oleaginosos, frutas e hortaliças e pescados. Observou que as metas do plano eram metas compatibilizadas com os outros planos, como o PPA, o Plano de Doenças Crônicas, o Plano de SAN pois apontou que eram metas relacionadas ao consumo de alimentos e metas relacionadas ao estado nutricional. Destacou serem metas que pudessem ser cumpridas ao longo dos próximos dez anos. Reforçou ser um plano bastante inovador, na perspectiva do seu processo de elaboração porque apontou não ser fácil organizar um plano com essa dimensão no formato intersetorial. Destacou entender que esse plano não seria um plano de nenhum setor, como da CAISAN, e sim que teria a coordenação de um Comitê Gestor rotativo. Apontou como desafio de implementação do plano o processo de articulação, comunicação, informação, mobilização, monitoramento e avaliação do plano e todo o processo de implementação do plano e a sua relação com os estados e municípios. Por fim, agradeceu a oportunidade e disse que todas as sugestões seriam muito bem-vindas e muito bem acolhidas pelo grupo. A seguir, passou-se às sugestões das instâncias sobre o Plano, sendo a primeira a CP 1+3. A Sra. Marília Medonça Leão (ABRANDH) disse que o mérito do Plano era ter conseguido juntar vários setores, vários parceiros que pudessem dar o olhar integrado e complementar evidenciado nas propostas. Destacou

que o plano não olhava o indivíduo obeso como o responsável por aquela situação, o que elogiou ser uma visão bastante avançada, de vanguarda e importante. Defendeu que não se podia deixar que um plano como esse ou ações como as propostas ofuscassem a ainda necessária luta contra a fome, contra as doenças carenciais que ainda persistiam em alguns segmentos da população. Reafirmou achar que o Plano estava bem elaborado, que era um avanço, mas apontou que persistiam desafios importantes que não poderiam ser minimizados ou considerados. Por fim, disse que encaminharia à CAISAN por escrito as contribuições do grupo, através de um documento mais bem elaborado. Antes de passar à CP 2, o Presidente anunciou que se encontrava na Plenária uma importante vista de uma delegação do Timor Leste, a quem deu as boas vindas. Passando ao Sr. Marcelo dos Santos Soares pela CP-2, este iniciou dizendo que apresentaria um pouco as contribuições que a CP-2 fizera da discussão sobre o plano. Dentre as sugestões apresentadas, estavam a necessidade de valorizar os alimentos locais e regionais, na parte de educação, incluir no processo de formação a educação alimentar também dos pais, não somente das crianças e no eixo 1, quando se falava de rede de abastecimento, também valorizar-se o micro e pequeno varejo. Com a palavra o Sr. Antonio Ricardo Domingos da Costa (APOINME), apontou que muitas vezes o cardápio das escolas indígenas era de biscoitos, enlatados e que isso era muito ruim. Destacou que muitas vezes os povos indígenas produziam as verduras e mandava de graça, pois não tinham condições de acessar o PAA. Sugeriu que houvesse um diálogo entre a CESAÍ e a FUNAI e o próprio MEC, para ver a questão da alimentação escolar nas escolas indígenas era discutida. Passada a palavra à Sra. Ana Lúcia, esta apontou que o documento falava sobre o Programa Mais Alimentos, sobre a questão da educação, mas disse achar que tinha que discutir também o Programa Saúde na Família, pois apontou que o Programa Saúde da Família não estava atendendo basicamente a comunidade quilombola. Destacou que no documento tinha que aparecer como território o campo, como que o programa de obesidade trabalharia no campo, em particular, nas comunidades quilombolas de difícil acesso. Passando ao Sr. Irio Luiz Conti, este defendeu que a pergunta era: como dialogam os planos entre si, pois apontou que as falas anteriores e as sugestões levantadas apontavam para a interação entre esses planos. A Sra. Sonia Lúcia Lucena Souza de Andrade, disse concordar inteiramente com o Ribamar, quando reforçava a questão da inclusão da classificação de obesidade como causa secundária de mortalidade, segundo a classificação da CIB. Destacou que a Pesquisa Nacional de Alimentação Escolar havia mostrado que sobrepeso e obesidade cresciam de forma verticalmente desde 1996. Apontou que desde 96 o Ministério da Saúde já deveria ter começado essa campanha e que não começaram por falta de decisão política dos gestores em relação ao problema. O Sr. Pedro Makumbundo Kitoko (Consea/ES) disse que estava lendo rapidamente o documento e que lhe pareceu ter sido muito bem elaborado. No entanto, fez uma observação que considera fundamental. Defendeu que o plano era mais uma oportunidade para se colocar mais um ponto no aleitamento materno. Explicou que o aleitamento materno era um dos fatores importantes associado à obesidade. Sugeriu que fosse acrescentada uma diretriz: “Promoção e proteção ao aleitamento materno”. Apontou que poderia ser uma ação para

uma diretriz, mas devido à importância do aleitamento materno, devido a seu impacto na obesidade, disse achar que seria bom que fosse mesmo uma diretriz à parte. Passando ao item 6. Apresentação e Debate sobre as linhas gerais do Documento Base, o Presidente informou que a preparação da conferência era de responsabilidade do grupo executivo e que o grupo executivo tinha uma composição que expressava os diferentes setores do CONSEA, se subdividindo em duas subcomissões: uma de metodologia e outra de infraestrutura e mobilização. Lembrou que as comissões já haviam tomado conhecimento da proposta e que não seria apresentada à plenária o documento base, mas a estrutura do documento base e seu conteúdo provável, na medida em que ainda não haviam sido concluídas as Conferências Estaduais. Informou que a proposta era que o envio dos resultados das Conferências Estaduais não ultrapassasse o dia 3 de outubro, sob pena de não haver possibilidade de ser feita a sistematização. Observou ainda que o documento base, como todo mundo já sabia, era distinto, pois não seria um texto submetido à adição, mas seria um documento para orientar os debates durante a Conferência. Apontou que a Conferência sim trabalharia em cima do seu documento político final. Passou a palavra à Vanessa, consultora responsável pela sistematização, para que fizesse a apresentação do que resultou dos debates das comissões. A Sra. Vanessa iniciou dizendo que apresentaria uma proposta de tópicos, que era o arcabouço do documento e um pouco dos conteúdos que estariam sendo recheados a partir da contribuição dos Estados e dos documentos do CONSEA e dos seminários de políticas públicas. Apontou que em relação ao eixo dois, que era o eixo do Plano, a Conferência seria um momento de apropriação do plano, devendo a discussão dos grupos focar nas questões relacionadas à implementação, mecanismos e instrumentos de monitoramento, participação e controle social. Informou que a ideia era que as proposições estivessem em quatro blocos. A: desafios e potencialidades para implementação do plano nas três esferas de gestão; B: qual a interface entre o Plano Nacional com o Plano Estadual e os Planos Municipais, inclusive inserindo as ações e os programas a serem priorizados; C: quais as estratégias da sociedade civil para estar monitorando esse plano e, D: quais os mecanismos de participação e controle social, inclusive entendendo que a participação inclui o controle social, mas que estava em outros processos de formulação, de implementação também. Voltando ao Presidente, este disse entender que a Plenária do CONSEA havia se apropriado da proposta do documento base, ainda que não fosse o documento no seu conteúdo detalhado. Retomando os encaminhamentos das instâncias, a Sra. Elza Maria Franco Braga, apresentou, de forma sucinta, a recomendação discutida na CP1 sobre o aditivo ao termo de parceria número 04/2010 e 05/2010 celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e a Associação Programa Univercisterna. Por final, recomendou a formalização dos termos aditivos, dos termos de parceria número 04 e número 05/2010 celebrado com o MDS e destacou que seriam repassados 80 milhões para construção de 8 mil tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos e 40 milhões de reais para construção de 20 mil cisternas para o consumo humano. O encaminhamento foi aprovado pela Plenária. Passando à CP5, o Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Consea/Ma), sugeriu resgatar e dar desdobramento à discussão do Pacto Interministerial que avaliava o caso da intoxicação do Santo Amaro

da Purificação, com discussão no sentido da regulação da utilização do agrotóxico. O presidente explicou que essa era uma recomendação que o CONSEA faria para os setores envolvidos, pedindo para que se retomasse a questão. O conselheiro Edno Brito apresentou a proposta de criação do GT de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Desenvolvimento Urbano. A proposta foi aprovada pelo Plenário. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião e desejou bom retorno a todos.

Renato Maluf
Presidente

Tereza Campello
Secretária